

## RELATÓRIO TRIMESTRAL DE AUDITORIA

Órgão: Câmara Municipal de Canindé do São Francisco

Presidente: José Antônio dos Santos Silva

Período: 01 de abril a 30 de junho de 2017

Em cumprimento as determinações legais, e em observância ao que dispõe a Resolução TCE nº 206 de 01 de novembro de 2001, o Controle Interno deste Poder Legislativo, criado através da Resolução nº 02 de 12 de dezembro de 2001, realizou análise da execução orçamentaria, financeira e patrimonial do órgão supramencionado, correspondente ao 2º trimestre, cujos resultados relatamos abaixo:

### 1 – PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO:

O Plano Plurianual do Município para o quadriênio 2014/2017 foi aprovado pela Lei Municipal nº 46 de 19 de dezembro de 2013.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias do exercício de 2017, foi aprovada através da Lei Municipal nº108/2016 de 06 de julho de 2007, e encontra-se compatível com as disposições constantes no Plano Plurianual.

A Lei Orçamentária Anual, aprovada pela Lei Municipal nº 122/2016 de 22 de dezembro 2016, estimou a despesa do Poder Legislativo em **R\$ 4.355.000,00 (Quatro milhões trezentos e cinquenta e cinco mil reais)**, assim distribuídos:

Despesas Correntes	4.332.000,00
Despesas de Capital	23.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>4.355.000,00</b>

### 2 – RECEITA E TESOURARIA:

2.1 – O total repassado pelo Poder Executivo até o período em análise totalizou em **R\$ 1.703.841,03 (um milhão setecentos e três mil oitocentos e quarenta e um reais e três centavos)**. Segue abaixo um breve demonstrativo da receita da Câmara Municipal, considerando-se os valores arrecadados até este trimestre:

Período	Repasses (R\$)	Orçamentária (R\$)
Até o trimestre anterior	855.000,00	178,37
Neste trimestre	848.841,03	217,84
<b>Acumulado</b>	<b>1.703.841,03</b>	<b>396,21</b>





2.2 – As disponibilidades financeiras do órgão, registradas na contabilidade em 30/06/2017, importava em **R\$ 100.279,11 (cem mil duzentos e setenta e nove reais e onze centavos)**, assim distribuídas:

Bancos c/ movimento	100.279,11
Bancos c/ vinculada	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>100.279,11</b>

Os saldos das contas acima foram conferidos individualmente através dos registros analíticos existentes na contabilidade.

Verificando o demonstrativo que evidencia os saldos extraídos dos extratos bancários, encontramos um total de **R\$ 100.279,11 (cem mil duzentos e setenta e nove reais e onze centavos)**. As diferenças entre os saldos registrados na contabilidade e aqueles existentes nos extratos bancários encontram-se devidamente informadas através das conciliações bancárias.

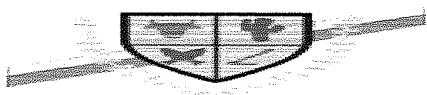
2.3 – A receita extra orçamentária do período em análise importou em **R\$ 354.933,28 (trezentos e cinquenta e quatro mil, novecentos e trinta e três reais e vinte e oito centavos)**, assim desdobrada:

IRRF	8.857,70
INSS	20.803,41
IRRF Serviço	105,00
Pensão Alimentícia	607,21
Repasso Duodécimo	282.947,01
Consignados Banco Brasil	3.482,91
Consignados Banese	25.893,57
Consignados Caixa Econômica	12.211,47
ASEC	25,00
<b>TOTAL</b>	<b>354.933,28</b>

### 3 – DESPESA

3.1 – A despesa empenhada no período atingiu o montante de **R\$ 187.162,23 (cento e oitenta e sete mil, cento e sessenta e dois reais e vinte e três centavos)**. O total de despesas liquidadas no período, decorrentes de empenhos deste trimestre e de meses anteriores, importou em **R\$ 885.278,05 (oitocentos e oitenta e cinco mil duzentos e setenta e oito reais e cinco centavos)**. Do volume acumulado de despesas empenhadas e devidamente liquidadas, foram pagas neste trimestre a importância de **R\$ 867.722,99 (oitocentos e sessenta e sete mil setecentos e vinte e dois reais e noventa e nove centavos)**. Segue abaixo um resumo da execução da despesa orçamentária:





Órgão	Empenhos		Liquidações		Pagamentos	
	No Período	Acumulado	No Período	Acumulado	No Período	Acumulado
<b>TOTAL</b>	187.162,23	3.428.565,96	885.278,05	1.677.255,50	867.722,99	1.653.119,36

**3.2** - A despesa extra-orçamentária do período totalizou em R\$ 188.971,78 (cento e oitenta e oito mil novecentos e setenta e um reais e setenta e oito centavos), assim discriminada:

INSS	60.342,86
Pensão Alimentícia	2.599,52
Salario Família	901,03
Consignado Banco do Brasil	10.448,73
Consignado Banese	77.313,63
Consignado Caixa	37.216,01
ASEC	150,00
<b>TOTAL</b>	<b>188.971,78</b>

**3.3** – Foram abertos no período créditos adicionais no montante de **R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais)**. Para abertura destes créditos, foram utilizadas as fontes de recursos estabelecidas no art. 43, da Lei Federal nº 4.320/64, conforme detalhamento abaixo:

Créditos Suplementares	200.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>200.000,00</b>

### 3.4 – DIÁRIAS

No período foram concedidas diárias a servidores e agentes políticos no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais). Estas diárias vem sendo pagas com base nos valores fixados na Resolução do TCE nº297 de 11 de agosto de 2016.

### 3.5 – PATRIMÔNIO

O patrimônio da câmara municipal é controlado por sistema informatizado, estando todos os bens devidamente:

Item	Valor líquido
Material de Consumo	6.214,09
Obras	0,00
Equipamentos e Material Permanente	4.331,08
<b>Total</b>	<b>10.545,17</b>



## 4 – LIMITES LEGAIS E GESTÃO FISCAL

### 4.1 – SUBSÍDIOS

Os subsídios dos Vereadores para a atual legislatura foram fixados através da Lei nº 118/2016 de 09 de setembro de 2016 em R\$ 6.012,70 (seis mil doze reais e setenta centavos). A Câmara Municipal de Canindé de São Francisco é composta por 11 vereadores.

### 4.2 – DESPESA COM FOLHA DE PAGAMENTO

O total da despesa da Câmara Municipal com folha de pagamento e seus encargos até o período em exame atingiu o montante de R\$ 1.703.841,03 (um milhão setecentos e três mil oitocentos e quarenta e um reais e três centavos). Levando-se em consideração o limite máximo estabelecido pelo art. 29-A, § 1º, da Constituição Federal (70% da receita da Câmara), que equivale a R\$ 2.376.754,90 (Dois milhões trezentos e setenta e seis mil, setecentos e cinquenta e quatro mil e noventa centavos), constatamos que os gastos com folha de pagamento do Poder Legislativo encontram-se de acordo com as normas legais, recomendando que se cumpra o que determina a resolução TCE 202/2001.

## 5 – PROCESSOS LICITATÓRIOS E SUAS DISPENSAS/INEXIGIBILIDADES

Durante o período auditado foram realizadas 03 Pregões Presencial e 02 Dispensa de Licitação. Todos os processos foram analisados, estando devidamente formalizados e de acordo com a legislação que rege a matéria.

## 6 – CONTRATOS

Durante o período auditado foram celebrados 09 Contratos. Todos foram analisados, estando de acordo com o art.55 da Lei Federal nº 8.666/93.

## 7 – CONCLUSÃO

Pela análise dos documentos postos à nossa disposição recomendando ao Diretor geral a revisão dos atos administrativos adotados, concluímos que os procedimentos, de uma maneira geral, encontram-se de acordo com as normas vigentes.

---

*ESTE É O RELATÓRIO*

Canindé de São Francisco/SE, 18 de junho de 2017.

WACIL LEANDRO DE MORAIS JUNIOR  
Coordenador de Controle Interno